

Plenário poderá mudar a decisão da comissão

JORGE ROSA

Apesar de a comissão mista do Congresso ter rejeitado a subemenda das diretas já, os parlamentares oposicionistas e dissidentes do PDS ainda alimentam a esperança de vê-la aprovada em plenário. O deputado João Gilberto (PMDB-RS), especialista do partido em questões regimentais e constitucionais, explicou que a manobra adotada pelo PDS não impede que se vote a matéria em separado, mas impedirá destaque para rejeição das indiretas em 1985. Isso significa que a votação, que anteriormente seria só na Câmara contra as indiretas já, do substitutivo, agora será a favor das diretas já, na Câmara e no Senado, esbarrando nos mesmos problemas verificados na votação da emenda Dante de Oliveira, que não foi aprovada devido à exigência de **quorum** de dois terços.

O deputado Djalma Bessa (BA), vice-líder do PDS, esclareceu que, se a subemenda contra as indiretas tivesse sido destacada para rejeitar, os deputados poderiam derrubá-la com dois terços e não haveria necessidade de submeter o destaque ao voto dos senadores, pois a rejeição estaria definida prevalecendo o texto original com o processo direto. Agora será diferente, porque a oposição tem de destacar a subemenda que propõe diretas já, conseguir os dois terços dos deputados e depois tentar a aprovação com os senadores. Essa é uma possibilidade bastante remota porque para passar no Senado serão necessários 46 votos de senadores. A oposição conta com 24 votos, portanto faltariam 22, dos quais 10 estariam dispostos a votar a favor das diretas já.

O deputado João Gilberto disse que qualquer parte das subemendas ao projeto do governo pode não ter parecer favorável da comissão mista, "mas nenhuma matéria fica excluída regimentalmente da possibilidade de destaque. A decisão da comissão mista apenas estabelece prioridades. Certamente, aquelas subemendas

com parecer favorável serão votadas em bloco e, naturalmente, essas terão mais chances de aprovação".

Como a comissão mista não concordou em dar destaque a subemendas das diretas já, "resta saber, disse o deputado, se esse destaque será aprovado pelo plenário da Câmara e do Senado". Segundo o deputado João Gilberto, o que os parlamentares contrários às diretas fizeram foi suspender a apresentação do substitutivo exatamente para impedir de fazer aquele pretendido destaque de rejeição. Essa é a manobra regimental. E acentuou:

"Pretendíamos dar destaque de rejeição ao artigo 183, da emenda constitucional do presidente Figueiredo, que confirma para 1985 a eleição indireta como exceção à regra. E em votação ao substitutivo do relator, que não existiu, votaríamos esse destaque para rejeição na Câmara. Rejeitado, não iria ao Senado e, então, teríamos suprimido o artigo 183, permanecendo desde já o processo direto".

João Gilberto reconhece que a nível de comissão mista a oposição perdeu, mas não significa que o plenário não possa alterar esse parecer contrário. "O plenário é soberano e tem poderes para apreciar matéria rejeitada pela comissão mista" — afirmou.

O vice-líder do PDS, deputado Djalma Bessa, confirmou a estratégia que a oposição pretendia desenvolver.

"Se tivessem conseguido, explicou, eles rejeitavam o dispositivo do substitutivo na Câmara com dois terços e não teriam necessidade dos votos dos senadores. Entretanto, agora para destacar para rejeição, as oposições necessitarão da aprovação de dois terços dos deputados e de dois terços dos senadores. Então, o quadro é outro. Antes, eles destacavam para rejeitar e agora o destaque tem que ser para aprovar, com a exigência do **quorum** de dois terços nas duas Casas."

(Brasília/Ag. Estado)